



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR TELMO PASSARELI

Ref.: Processo 1098364

Natureza: Denúncia

Denunciante: Enlix Comércio de Tecnologias Educacionais Eireli

Jurisdicionado: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, devidamente qualificado no processo nº 1098364, respeitosamente comparece perante Vossa Excelência, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, em acatamento à notificação recebida em 05/11/2021, para apresentar **DEFESA** mediante as razões de fato e de direito aduzidas a seguir:

1. DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

Trata-se de denúncia apresentada por ENLIX COMÉRCIO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EIRELI, em face das supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 14/2020, realizada por esse Consórcio Intermunicipal objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de equipamentos e produtos de tecnologia educacional para atender os municípios consorciados.

A Denunciante ENLIX não apresentou impugnação administrativa perante esse Consórcio, vindo a insurgir-se diante do edital somente perante essa Egrégia Corte, e como já dito, utilizando petição idêntica à impugnação que foi apresentada pela empresa POSITIVO, a qual, foi à época devidamente respondida pela Comissão de Licitação, conforme demonstrado através da documentação apresentada anteriormente nos presentes autos:

A denunciante alega, em síntese:

- a) irregularidade na forma de adjudicação;
- b) direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 01 do lote 1 (mesa interativa);
- c) direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 1 e 2 do lote 4;
- d) sobrepreço para os materiais no item 1 do lote 4.

Em resumo, após o recebimento da denúncia em 11/01/2021 e distribuição à relatoria do EXMO CONSELHEIRO TELMO PASSARELI em 13/01/2021, foi solicitado ao



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, os devidos esclarecimentos acerca dos fatos denunciados, que foram devidamente prestados em 18 de janeiro/2021.

Em análise aos esclarecimentos prestados entendeu o Exmo Conselheiro Relator, pela ausência da documentação após julgamento das impugnações e em especial da ata da sessão, motivo pelo qual determinou nova intimação, a fim de completar a instrução.

Em 17/02/2021 houve atendimento ao solicitado, mediante apresentação dos documentos, com posterior encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Fiscalização de Editais e Licitações – CFE, a qual entendeu pela procedência das alegações apresentadas na denúncia em tela.

Em 02/03/2021 os autos retornaram concluso ao gabinete, havendo despacho do Exmo Conselheiro, para intimação dos Srs. Alisson Rafael Alves do Santos, pregoeiro, e Valmir Moraes de Sá, presidente do conselho diretor do CIMAMS, para que, no prazo de 5 (cinco) dias apresentassem novas justificativas a Egrégia Corte de Contas, que foram devidamente apresentadas, em atendimento a referida notificação, nos seguintes termos:

- a) *Cópia de toda a documentação que foi juntada aos autos do processo licitatório posteriormente ao julgamento das impugnações e recursos, em especial a ata da sessão pública do pregão, realizada em 19/01/2021, em que constem os preços registrados para o presente caso.*
- b) *Estudos técnicos preliminares que justifiquem a demanda e a necessidade técnica/pedagógica das especificações detalhadas do lote 4 a fim de refutar a alegação de restrição injustificada à competitividade do certame.*

Os autos foram remetidos para análise da Unidade Técnica de Controle Externo, que emitiu às conclusões abaixo demonstradas acerca dos apontamentos constantes da denúncia, e que ao final entendeu pela perda do objeto dos apontamentos referentes a: a) irregularidade na forma de adjudicação; e b) direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 01 do lote 1 (mesa interativa);

a) Apontamento 2.1 da análise/TCE-MG: irregularidade na forma de adjudicação
Da divisão do objeto em lotes em vez de itens

Conclusão da Unidade Técnica: (perda do objeto)

“A justificativa para a divisão em lotes dos aludidos produtos também resta consignada nas fls.33 e 34 do edital e seus anexos (peça SGAP nº 13). (...) Diante do exposto, considerando que a denunciante apontou irregularidade apenas no parcelamento do lote 1, que foi posteriormente excluído do instrumento convocatório, entende-se pela perda de objeto em relação ao presente apontamento.”



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

b) Apontamento 2.2 da análise da análise/TCE-MG: direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 01 do lote 1 – mesa interativa

Conclusão da Unidade Técnica: (perda do objeto)

“Dessa forma, diante do cancelamento do LOTE 01 e da retificação do edital, tais apontamentos perderam o objeto. (...) De fato, conforme se verifica nas fls.35-39 do edital e seus anexos (peça SGAP nº 13), a mesa interativa estava especificada no item 1 do lote 1, o qual, como visto, foi excluído do ato convocatório, conforme extrato de publicação da retificação juntado aos autos do processo licitatório. Dessa forma, opina-se pela perda do objeto do presente apontamento.”

Todavia, inobstante as justificativas e documentações apresentadas pelo CIMAMS, a Unidade Técnica de Controle Externo dessa Egrégia Corte de Contas, entendeu procedentes os apontamentos acerca de: c) direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 1 e 2 do lote 4; e d) sobrepreço para os materiais no item 1 do lote 4, **entendimento que passa a ser esclarecido e que merece ser reconsiderado, conforme demonstrado à seguir:**

c) Apontamento 2.3 da análise da análise/TCE-MG: direcionamento de marca para os materiais especificados nos itens 1 e 2 do lote 4 – referente ao Kit de Robótica.

Conclusão da Unidade Técnica: procedência com relação à conduta de “Responsabilizar-se pelo termo de referência sem o amparo dos estudos técnicos preliminares”

Verifica-se que em análise ao apontamento de suposto direcionamento dos materiais especificados nos itens 1 e 2 do Lote 4, apesar de não ter sido constatado o direcionamento apontado, a Unidade Técnica concluiu pela procedência do referido apontamento, com base no entendimento de que as especificações técnicas dos referidos materiais teriam sido elaboradas sem o amparo de estudos técnicos preliminares, e que teriam sido apresentadas versões anteriores apócrifas do termo de referência, conforme transcrição abaixo:

“(...) De fato, confrontando os trechos do catálogo da empresa Brink Mobil (colacionados na Denúncia) com as especificações trazidas no termo de referência para o lote 4 não é possível afirmar que a descrição dos produtos licitados corresponde exatamente às características dos kits de robótica fabricados por aquela empresa, vez que as informações ali disponibilizadas são bastante sucintas.

Da mesma forma, examinando os manuais das soluções de robótica educacional oferecidas pelas marcas Lego1, Pete2 e Modelix3, encontrados na internet, não é



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

possível afirmar que as especificações do lote 4 estão direcionadas para o produto da BRINK MOBIL, pois as informações disponibilizadas não são detalhadas como as do edital.

(...)

Entretanto, em que pese os gestores responsáveis alegarem que a licitação em análise foi precedida de “pesquisas e análises técnicas, cuidadosamente realizadas para poder assegurar à Administração Pública, a aquisição de um produto de qualidade e durabilidade”, a análise acurada do procedimento licitatório encaminhado ao Tribunal (peça SGAP nº 13) evidenciou que o mesmo não está instruído com os estudos técnicos preliminares, documento este que seria capaz de comprovar a prévia realização de estudo de demanda, estudo de mercado e justificativa técnica acerca das especificações trazidas no termo de referência. Verifica-se às fls.01-145 que o procedimento licitatório foi deflagrado a partir de uma solicitação padrão, exarada pelo Secretário Executivo do CIMAMS, Sr. Luiz Wanderley dos Santos Lobo, na qual já constava a descrição dos kits de robótica que foi apenas transcrita para o termo de referência

Por fim, é importante ressaltar que tanto a solicitação da contratação (fls. 01-145 – autos volume

1 – peça SGAP nº 13) como todas as versões do termo de referência que instruem o processo licitatório (fls.705-887 e 1110-1258 – autos volume 2 e 3 – peça SGAP nº 13) são apócrifos, isto é, não possuem a assinatura dos seus responsáveis. Tal irregularidade, além de configurar inobservância de formalidade essencial, prejudica a imputação de responsabilidades pelo controle externo.

Por todo o exposto, e considerando não ter sido possível verificar o número de licitantes que participaram do certame, esta Unidade Técnica entende que a definição do lote 4 não foi pautada em estudos técnicos preliminares que justifiquem a demanda e a necessidade técnica/pedagógica das especificações extremamente detalhadas, o que pode ter ensejado uma restrição injustificada à competitividade, em violação ao disposto no art.3º, II, da Lei nº 10.520/02.

Logo, considera-se procedente o presente apontamento.”

ESCLARECIMENTO acerca do referido apontamento:

No que tange ao entendimento de que Termo de Referência teria sido realizado sem amparo de estudos técnicos preliminares, **insta esclarecer que:**



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

- É de notório conhecimento que os editais do FNDE/MEC são realizados sob rigoroso crivo legal, com especificações elaboradas mediante consultas públicas, e que a credibilidade dos editais e certames realizados pelo referido órgão é irrefutavelmente reconhecida por parte dos Tribunais de Contas, e que, por esse motivo a composição das especificações técnicas indicadas no edital do CIMAMS, ora sob análise, foram elaboradas com base no caderno de informações técnicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC para atendimento ao Pregão Eletrônico 04/2018, isto porque, o objeto em comento é complexo em seus aspectos técnicos e pedagógicos, motivo pelo qual optamos em observar o órgão Federal que realizou estudos prévios e audiência pública, com vista a garantir a qualidade do objeto e a ampla oferta, tendo sido realizadas somente algumas adaptações, através da equipe técnica do CIMAMS, que entendeu pela necessidade de aperfeiçoamento das especificações base visando adquirir produto atualizado e de qualidade, porém observando especificações usuais de mercado, mas trataram-se de adaptações mínimas, como por exemplo, a alteração de um livro separado para cada ano escolar, para dar mais eficácia e economicidade ao fornecimento, sendo que no edital do FNDE/MEC, era solicitado um único exemplar contendo práticas para todos os anos escolares.
- Portanto, é preciso que seja esclarecido que o Termo de Referência partiu do caderno de informações técnicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC para atendimento ao Pregão Eletrônico 04/2018, partindo-se, portanto, de um edital realizado sob rigoroso crivo institucional.
- No que tange ao apontamento de direcionamento das especificações e cerceamento de participação, é importante destacar que tal alegação é totalmente improcedente, visto que, conforme asseverado anteriormente, o CIMAMS utilizou como referência as especificações elaboradas pelo FNDE/MEC após exaustiva pesquisa junto a vários fornecedores, realizadas pelas vias da CONSULTA PÚBLICA, e que a própria Unidade Técnica concluiu que “confrontando os trechos do catálogo da empresa Brink Mobil (colacionados na Denúncia) com as especificações trazidas no termo de referência para o lote 4 não é possível afirmar que a descrição dos produtos licitados corresponde exatamente às características dos kits de robótica fabricados por aquela empresa”
- No que tange ao apontamento de que não teria sido possível verificar o número de empresas participantes, é preciso esclarecer que no LOTE 4 participaram 4 empresas, conforme pode se verificar na cópia da Ata da Sessão do Pregão, que é mais uma vez apresentada através do anexo (doc.01), salientando-se que as alegações de direcionamento caem por terra ao verificar que a detentora da melhor proposta para o lote 4 foi da licitante ASTRAL, que ofertou os materiais em exata conformidade com o edital, sem



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

qualquer questionamento, e que findou por ser desclassificada por inobservância ao item 5.2, referente, ao atestado de capacidade técnica.

- E no que tange ao apontamento de que teriam sido apresentados documentos apócrifos referentes ao Termo de Referência, insta esclarecer que os documentos que embasaram o edital, são devidamente identificados e assinados pelos responsáveis, conforme já apresentado anteriormente, e que são também agora reapresentados através das cópias em anexo (doc. 02), para facilitar a verificação.

d) Apontamento 2.4 da análise da análise/TCE-MG : sobrepreço para os materiais no item 1 do lote 4.

Conclusão da Unidade Técnica: procedência com relação à conduta de “autorizar a abertura do processo licitatório (fl.675 dos autos volume 2 – Peça SGAP nº 13) com cotação de preços sem assinatura de responsável e baseada apenas em três orçamentos de empresas do ramo”

Diante do exposto, constata-se que a cotação de preços empreendida pelo CIMAMS não teve amplitude suficiente, na medida em que se baseou apenas em método simples de coleta de preços que atualmente não tem apoio da doutrina e jurisprudência, podendo, portanto, ter apresentado um sobrepreço e não ter representado a realidade do mercado. Logo, considera-se procedente o presente apontamento. Ademais, constatou-se que o documento que consolidou a cotação de preços é apócrifo (fls.592-673 – autos volume 1 – peça SGAP nº 13), irregularidade que constitui inobservância de formalidade essencial no processo licitatório e que prejudica a imputação de responsabilidades pelo controle externo

ESCLARECIMENTO acerca do referido apontamento:

No que tange ao entendimento supramencionado, referente às cotações para formação de preços de referência é sabido que a pesquisa de preços é o procedimento prévio verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública, e que devem ser baseadas em uma "cesta de preços referenciais".



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

A despeito de exigirem como anexo do edital orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários (Lei 8.666/93, artigo 7º, §2º, inciso II e artigo 40, §2º, inciso II, e Lei 10.520/02, artigo 3º, inciso III), **não estabeleceram parâmetros objetivos para a confecção das pesquisas de preços.** E, as diretrizes extraídas dos entendimentos do TCU, vem sendo sucedidas por entendimentos diversos para tentar sobrepor tal lacuna.

Importante, neste contexto, aqui destacar que a nova Lei de Licitações e Contratos se posiciona de modo diverso aos últimos entendimentos do TCU, e direciona o procedimento relativo à pesquisa de preços, dividindo-o segundo o objeto do contrato. **Destarte, a Lei 14.133/21 mantém a possibilidade da pesquisa direta junto a fornecedores, sendo uma das formas previstas na lista de fontes possíveis, dispostas na nova Lei, que inclusive não estabelece ordem preferencial entre os parâmetros a serem utilizados para formação da estimativa de preços, expressos na legislação novel.**

O certame sob análise, teve por objeto, a formação do Registro de Preços, com validade por 12 meses, para eventual aquisição dos materiais licitados, por parte dos municípios adquirentes, e pautou-se na cotação realizada junto a 3 fornecedores, forma que se consolidou no decorrer dos anos, inclusive junto ao TCU, e que inobstante alguns outros julgados do referido Tribunal, apontando outras formas de pesquisa, **trata-se de forma totalmente admissível na Nova Lei de Licitações, conforme acima exposto.**

E o MAIS IMPORTANTE, e que não pode se perder de vista, é o fato de que a pesquisa de preços tem como cerne o objetivo de impedir que o Órgão Licitante venha a contratar o objeto almejado com preços elevados. Essa é a razão de existir do referido preceito.

No certame licitatório em tela, o preço obtido foi extremamente vantajoso, quando comparado, com certames realizados por outros Consórcios Intermunicipais, para aquisição do mesmo objeto, citando-se exemplificativamente o certame realizado recentemente pelo CINDISP – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Pregão Eletrônico n.º 008/2021 (Robótica), **que ao final realizou contratação do mesmo objeto pela média de R\$ 100.000,00 a mais por cada KIT, comparando-se com o preço obtido pelo CIMAMS, conforme pode se verificar no demonstrativo abaixo, extraída da Ata da Sessão do Pregão, disponível no site www.comprasnet.gov.br (cópia em anexo – doc. 03), que demonstra indubitavelmente que no certame sob análise, não houve direcionamento ou restrição à competitividade, e que o preço estimado e contratado, foi extremamente vantajoso:**



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

	CIMAMS	CINDESP
ANOS INICIAIS		
Valor por escola	R\$ 38.428,80	R\$ 142.270,00
Kits de robótica	Valor dos kits: R\$ 24.873,52 8 unidades, com mais de 600 peças	Valor dos kits: R\$ 111.253,60 10 unidades, com 670 peças
Livro do aluno	Valor dos livros do aluno: R\$ 7.745,60 160 exemplares. Total de práticas: 70 temas/práticas e mais de 80 montagens	Valor dos livros do aluno: R\$ 20.036,20 160 exemplares. Total de práticas: 11 temas/práticas com 20 montagens
Livro do professor	Valor dos livros do professor: R\$ 232,40 4 exemplares	Valor dos livros do professor: R\$ 577,24 4 exemplares
Formação	Valor da formação: R\$ 4.647,68 16 horas de formação presencial com turmas até 30 alunos, 4 acessos a plataforma digital com curso EAD de no mínimo 10 horas e mais materiais adicionais – livros do aluno, vídeos, quizz, sugestões de projetos, sugestões de práticas.	Valor da formação: R\$ 10.402,96 8 horas de formação presencial e mais 12 na modalidade EAD, 4 acessos. Inclui plataforma digital com recursos adicionais – 05 atividades interativas com Jogos digitais 2D vinculadas com lógica de programação, no mínimo 02 Vídeos associados aos procedimentos das montagens e no mínimo 01 Quiz referente a tecnologia de montagem.
ANOS FINAIS		
Valor por escola	R\$ 65.021,20	R\$ 149.160,00
Kits de robótica	Valor dos kits: R\$ 58.592,00 8 unidades, com mais de 1000 peças	Valor dos kits: R\$ 117.394,50 10 unidades, com 750 peças
Livro do aluno	Valor dos livros do aluno: R\$ 1.549,12 32 exemplares. Total de práticas: 32 temas/práticas e mais de 50 montagens	Valor dos livros do aluno: R\$ 20.519,40 160 exemplares. Total de práticas: 13 temas/práticas com 20 montagens
Livro do professor	Valor dos livros do professor: R\$ 232,40 4 exemplares	Valor dos livros do professor: R\$ 591,90 4 exemplares
Formação:	Valor da formação: R\$ 4.647,68 16 horas de formação presencial com turmas até 30 alunos, 4 acessos ao plataforma digital com curso EAD de no mínimo 10 horas e mais materiais adicionais – livros do aluno, vídeos, quizz, sugestões de projetos, sugestões de práticas	Valor da formação: R\$ 10.654,20 8 horas de formação presencial e mais 12 na modalidade EAD. Inclui plataforma digital com recursos adicionais – 05 atividades interativas com Jogos digitais 2D vinculadas com lógica de programação, no mínimo 02 Vídeos associados aos procedimentos das montagens e no mínimo 01 Quiz referente a tecnologia de montagem.

Verifica-se portanto, que não há que se falar em qualquer ilegalidade no presente certame, que propiciou ampla possibilidade de participação e obteve ao final preço extremamente vantajoso, atingindo portanto, as premissas legais que norteiam os procedimentos licitatórios, e que eventuais apontamentos de ordem formal, não podem ser utilizados como



CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

critério de arbitramento de suposto desatendimento das premissas legais, quando o cerne da lei e dos princípios constitucionais estão sendo plenamente atendidos.

2. DO PEDIDO

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência a apreciação e acolhimento da presente DEFESA, acompanhada dos esclarecimentos até aqui expostos, e dos documentos comprobatórios para os quais requer a sua juntada aos presentes autos, pugnando-se pela reconsideração dos apontamentos de procedência até aqui elucidados, e o **INDEFERIMENTO** da denúncia apresentada, visto que **restou devidamente comprovado a transparência e lisura do certame**.

Termos nos quais,
Pede e espera deferimento.

João Augusto de Pádua Cardoso
OAB/MG 154.351

ROL DE ANEXOS:

Doc. 01 - cópia da Ata da Sessão do Pregão, que é mais uma vez apresentada, demonstrando que houve participação de 4 empresas no Lote 4, e tendo como vencedora na etapa de lances, a empresa ASTRAL que veio a ser desclassificada por desatendimento referente ao atestado de capacidade técnica.

Doc. 02 – Reapresentação dos documentos referentes ao Termo de Referência, comprovando que foram devidamente identificados e assinados.

Doc. 03 – Cópia do Resultado da Licitação – PREGÃO ELETRONICO N.º 008-2021 – do CINDESP, extraída do portal eletrônico de compras www.comprasnet.gov.br.